

Políticas Educativas e Mudanças na Profissão Docente

Introdução por Sofia Viseu e Dalila Andrade Oliveira (editoras)

O número temático da *Sisyphus* — Revista de Educação, “Políticas Educativas e Mudanças na Profissão Docente”, tem como propósito apresentar estudos com extensa base empírica e que reflitam sobre os efeitos das mudanças que ocorrem nas políticas educativas contemporâneas na reestruturação da profissão docente. Mais precisamente, a partir de geografias latino-americanas, dá-se a conhecer como se tem operado a reconfiguração da profissão docente no contexto dos processos de regulação transnacional da educação.

Nesse sentido, o número convida a refletir sobre mudanças no trabalho e profissão docente, designadamente na formação e trajetórias socioprofissionais, nos perfis dos professores e nas modalidades de ingresso, avaliação e progressão na carreira. Estas mudanças vêm ocorrendo no quadro de políticas inspiradas nas ideias da Nova Gestão Pública, cuja circulação transnacional se associa à intervenção reguladora de múltiplas organizações internacionais, através de processos de agenda e *rule-setting* e de *rule-following* (Djelic & Sahlin-Andersson, 2006).

De facto, apesar das especificidades histórico-culturais das trajetórias dos Estados e dos sistemas de ensino na generalidade dos países, é possível constatar a presença de um conjunto de “políticas viajantes” (Ozga & Jones 2006), que preconizam a descentralização dos sistemas educativos, a autonomia e/ou a gestão centrada nas escolas, a profissionalização dos diretores escolares, a estandardização central dos currículos nacionais, a introdução de lógicas de competição entre escolas, o estabelecimento de standards de garantia da qualidade, a proliferação de mecanismos de *accountability* e de avaliação, incluindo a avaliação externa das escolas, o *testing* e a avaliação de desempenho dos professores (Gunter & Fitzgerald, 2013).

Essas políticas são interpretadas com diferentes amplitudes, intensidades e, até mesmo, diferentes sentidos, nos contextos geopolíticos e culturais de acolhimento, dependendo de um conjunto diversificado de fatores que incluem a pressão exercida pelas organizações internacionais, com especial destaque, na atualidade, para a OCDE

(Grek, 2016), a disponibilidade de recepção nacional para a sua apropriação e importação, bem como as condições organizacionais e locais para a sua implementação (Hassenteufel, 2008).

Os textos reunidos neste dossiê são resultado de estudos produzidos na região sul-americana, mais especificamente nos contextos brasileiro e argentino, e buscam apreender e compreender as materializações concretas, num espaço político e cultural específico, de processos de reestruturação da profissão e do trabalho docente que se percebem relacionados com a circulação transnacional de políticas. Apesar de conter especificidades relacionadas com aspectos histórico-sociais de constituição de seus sistemas educacionais e, ainda, considerando as desigualdades sociais marcantes do contexto latino-americano – a região mais desigual do mundo segundo dados do último relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (UN, 2019) –, estes artigos revelam processos de recepção, importação, apropriação e adaptação de políticas que são convergentes em plano mundial.

A iniciativa da proposição deste número temático deu-se a partir da experiência de uma rede internacional de pesquisa, comprometida em conhecer os processos de circulação de políticas à escala mundial e as suas influências sobre a reconfiguração dos sistemas educativos nacionais e a reestruturação da profissão docente. Esta rede tem vindo a ser desenvolvida nos últimos dez anos por investigadores latino-americanos e europeus que integram a Rede Latino-Americana de Estudos sobre Trabalho Docente (RedEstrado) e a Rede de Cooperação Académica América Latina e Europa *Education Policies and the Restructuring of the Educational Profession* (INR/WERA). No âmbito desta última, mais precisamente no quadro do projeto “Políticas públicas para a melhoria do ensino médio: socialização científica, tradução e transferência de resultados”, as investigações vêm-se desdobrando em duas dimensões de inquirição: (1) a análise das orientações e preconizações sobre a formação docente elaboradas a nível internacional, concretamente no quadro das Cimeiras sobre a Profissão Docente realizadas sob a égide da OCDE desde 2012 e das suas recomendações feitas com base nos grandes inquéritos PISA e TALIS; (2) as problematizações e preconizações nacionais sobre as políticas educativas que visam a profissão docente em dois planos da intervenção do Estado: a “avaliação estandardizada” e a definição da carreira (e da avaliação) dos professores.

Os artigos que compõem este dossiê inscrevem-se nesta segunda dimensão e incidem sobre as políticas de currículo e avaliação, as políticas de *accountability* e o trabalho docente e as políticas sobre as carreiras dos professores. Os artigos referentes ao contexto brasileiro foram produzidos a partir dos relatórios de estudos realizados pela equipa de pesquisa no Brasil, mais especificamente pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (Gestrado/UFGM).

O primeiro artigo, com autoria de Álvaro Hypolito e Tiago Jorge, discute a centralidade das políticas de avaliação externa e da sua utilização como mecanismo de regulação tanto nacional quanto no plano internacional, abordando a Nova Gestão Pública e o papel da OCDE nas reformas educacionais, tendo como foco o papel do PISA como instrumento de regulação. O texto traz uma discussão sobre as políticas de avaliação no Brasil e seu alinhamento com a regulação transnacional, destacando as



influências dessa lógica de regulação nos currículos, que culminaram, no Brasil, na criação da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio.

O segundo artigo é de autoria de Alexandre Duarte e tem como propósito apresentar uma discussão em torno das bases epistemológicas que orientaram as mais recentes reformas nos sistemas de ensino no Brasil e de que forma isso se reproduziu nos níveis subnacionais. Toma-se o texto institucional como principal elemento de análise, identificando como tais matrizes se traduzem na ação estatal, considerada analiticamente pela política institucional, e qual a sua repercussão sobre a gestão e o trabalho do diretor escolar. O artigo ressalta, ainda, que as reformas analisadas têm atribuído especial atenção às ações exercidas pela gestão escolar, fazendo com que a sua atuação seja cada vez mais diversa.

O terceiro artigo tem como autoras Ana Maria Clementino e Lívia Fraga Vieira e apresenta uma análise das políticas atuais que estruturam as carreiras docentes no Brasil, levando em consideração a organização federativa do país. Para tanto, apresenta uma sistematização dos marcos legais e conceituais que estruturam a ação estatal no Brasil em relação à carreira e avaliação docentes na Educação Básica, acrescido de informações sobre as condições de emprego no quadro de alterações dos modos de regulação dos sistemas de ensino. As autoras constatarem em suas análises que a regulamentação de planos de carreira é dependente da capacidade de negociação entre os entes federados e o movimento docente e que novas demandas educacionais têm ensejado o surgimento de carreiras docentes paralelas, configurando hierarquias ocupacionais. Destacam, ainda, que esses processos sofrem influências das políticas atuais que enfatizam o alcance de metas de desempenho em contraposição aos critérios tradicionais dos estatutos profissionais, conforme já demonstrado em outros estudos sobre a realidade brasileira.

Integra ainda este dossiê, o artigo de Myriam Feldfeber que traz uma análise da reestruturação da profissão docente no contexto dos processos de regulação transnacional da educação, a partir do contexto argentino. Para tal, e atendendo às políticas educativas promovidas pelas autoridades públicas argentinas, a autora centra-se nos processos de desenvolvimento profissional e de formação de professores, enquanto elementos centrais para regular o trabalho docente e o funcionamento dos sistemas educativos.

Por fim, queremos deixar uma nota final de agradecimento aos autores pelos seus textos e aos revisores pelo rigor dos seus comentários, esperando que este número temático da *Sisyphus* — Revista de Educação possa contribuir para uma discussão cada vez mais teórica e empiricamente sustentada sobre os sentidos e efeitos das políticas educativas da atualidade na profissão docente.

Sofia Viseu
Dalila Andrade Oliveira



REFERÊNCIAS

- DJELIC, M. L., & SAHLIN-ANDERSSON, K. (Eds.) (2006). *Transnational governance: Institutional dynamics of regulation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GREK, S. (2016). Atores do conhecimento e a construção de novos cenários de governança: o caso da direção-geral de educação e cultura da Comissão Europeia. *Educação & Sociedade*, 37(136), 707-726. doi: 10.1590/es0101-73302016166099
- GUNTER, H., & FITZGERALD, T. (2013). New Public Management and the modernisation of education systems 1. *Journal of Educational Administration and History*, 45(3), 213-219. doi: 10.1080/00220620.2013.796914
- HASSENTEUFEL, P. (2008). *Sociologie politique : l'action publique*. Paris : Armand Colin.
- OZGA, J., & JONES, R. (2006). Travelling and embedded policy: The case of knowledge transfer. *Journal of education policy*, 21(1), 1-17. doi: 10.1080/02680930500391462
- UN – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. (2019). *Human Development Report 2019 Beyond income, beyond averages, beyond today: Inequalities in human development in the 21st century*. Retrieved from: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>. eISBN: 978-92-1-004496-7

*

Received: February 2, 2020

Published online: February 28, 2020

DOI: <https://doi.org/10.25749/sis.19427>

